

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ SETOR LITORAL PRÓ-REITORIA DE  
PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO COORDENADORIA DE CURSOS LATO SENSU  
(ESPECIALIZAÇÃO)**

**ATAISE PEREIRA DA SILVA**

**A FALTA DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO ESPECIALIZADO ÀS PESSOAS  
COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL/PR**

**MATINHOS**

**2014**

ATAISE PEREIRA DA SILVA

**A FALTA DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO ESPECIALIZADO AS PESSOAS  
COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL/PR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de especialista do curso de Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Lenir Maristela Silva.

MATINHOS

2014

# **A FALTA DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO ESPECIALIZADO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL PR**

Ataise Pereira da Silva <sup>1</sup>

## **RESUMO**

O artigo aqui descrito busca responder de quem é a falta de atendimento odontológico especializado para as pessoas com deficiência no município de Rio Branco do Sul, abordando assim as dificuldades de acesso ao tratamento odontológico especializado tendo como objetivo discorrer sobre as possíveis causas que impeçam que efetivamente o atendimento ocorra. Abordaremos sobre a problemática no município, e os Programas voltados a atender esta demanda no nível Estadual, Nacional e como funcionam. A pesquisa em si é de caráter bibliográfico, onde através de leis e fundamentações teóricas buscaremos uma maior compreensão a cerca do tema proposto. No final discorreremos sobre todos os agentes responsáveis pela falha no efetivo atendimento odontológico especializado às pessoas com deficiência, e as propostas para que este direito seja aprimorado e garantido.

**Palavras - chave:** Saúde Bucal, Pessoa com Deficiência, Especialidades Odontológicas.

## **ABSTRACT**

The article discusses the difficulties of access to dental care specialist Persons with Disabilities in the Municipality of Rio Branco do Sul/PR; This text aims to present about the possible causes that prevent effectively the attendance occurs. Discuss about the problems in the county, and programs geared to meet this demand at the State level and how it works. The research is bibliographical, where through laws and theoretical foundations seek a greater understanding about the proposed theme. At the end we present on all actors responsible for the failure of the effective dental care specialist people with disabilities and the proposals for this right to be improved and guaranteed.

**Key - words:** Oral Health, People with Disabilities, Dental Specialties.

---

<sup>1</sup> Assistente social graduada pela Faculdade Integradas Espírita no ano de 2007 e pós graduanda em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral.



## 1. INTRODUÇÃO

Sendo aluna responsável por este estudo e Assistente Social, formada pelas Faculdades Integradas Espírita no ano de 2007, meu primeiro contato com a profissão foi na Companhia Habitacional de Curitiba COHAB CT, no setor de serviço social onde estagiei por dois anos.

Assim que formada, iniciei meu trabalho como Assistente Social na APAE de Adrianópolis-PR, onde me identifiquei com as questões das expressões sociais lá existentes. Após três anos de trabalho na APAE comecei a trabalhar no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS - de Bocaiúva do Sul PR em que me dediquei na defesa dos direitos da pessoa idosa, e demais demandas que me eram riquíssimas para o aprender profissional.

Após dois anos em Bocaiúva do Sul PR, iniciei meu trabalho como Assistente Social na Escola Especial Maria Aide, onde atualmente me encontro trabalhando e trago comigo alguns questionamentos decorrentes de outros trabalhos na área social, referentes às políticas voltadas para pessoas com deficiência que espero com esta pós-graduação e com esta pesquisa serem respondidos.

Segundo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2012), pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual, ou sensorial os quais em interação com diversas barreiras podem obstruir sua participação plena e efetiva, na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. Conforme citado, pessoas com deficiência possuem dificuldade de acesso à efetiva participação na sociedade, principalmente nos atendimentos públicos de saúde, mais especificamente na área odontológica.

Buscaremos aqui colocar em discussão as dificuldades de acesso às pessoas com deficiência nos atendimentos públicos odontológicos.

O interesse nesta pesquisa surgiu do trabalho desenvolvido na Instituição, onde dos 119 alunos matriculados em sua maioria possui uma dentição precária, diariamente recebemos inúmeras demandas para encaminhamentos destes alunos, que retornam sem êxito. A experiência profissional nos aponta alguns indicadores de dificuldade como> a falta de escolaridade dos pais e responsáveis, a cultura local

destes familiares, a falta de interesse dos gestores municipais em fazer valer os direitos das pessoas com deficiência.

E para o alcance de materiais que abordassem o tema, foram pesquisados artigos, leis e livros que relacionados ao tema e apontassem dos teóricos e profissionais na área social e odontológica, formas de enfrentamento ao problema aqui apresentado.

O município de Rio Branco do Sul - PR está localizado na região metropolitana de Curitiba e integra umas das cidades do Vale do Ribeira, que abrange territórios das regiões leste do Paraná e sul de São Paulo e é caracterizado pela riqueza de recursos naturais, o que lhe garantiu, em 1999, o título de Patrimônio Natural da Humanidade, concedido pela UNESCO. No Paraná, é composto por sete municípios: Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná, que, juntos, possuem uma população de 90.708 habitantes, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Embora apresente um grande capital natural, o que possibilitou a existência de ciclos econômicos importantes, como de exploração de ouro e outros minérios, ao longo de sua história, que teve início no século XVI, o Vale do Ribeira não conseguiu alcançar o desenvolvimento. Na região, hoje a economia está baseada na agricultura, principalmente de subsistência, e na extração mineral e vegetal, o que faz com que a maioria das famílias tenha uma baixa renda, muitas delas vivendo na linha da pobreza.

As dificuldades são comprovadas pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelas Nações Unidas para dimensionar os avanços de uma região e que leva em consideração a economia, mas também as características sociais, culturais e políticas que influenciam na qualidade de vida de uma população. (IBGE, 2010)

É neste contexto que estão inseridos os 119 alunos da Escola Maria Aidê, modalidade especial, portadores de deficiência mental leve, moderada e severa, paralisia cerebral, síndromes, e demais deficiências associadas.

Muitos daqueles familiares sobrevivem apenas com o Benefício de Prestação Continuada BPC, e demais programas sociais; sua maioria reside na zona rural do município.

Dos inúmeros encaminhamentos realizados na área odontológica, observou-se que o município não possui suporte para atender aos alunos que necessitam de atendimento especializado nesta área. Conforme posto por Silva (2005, p.314)

O atendimento dos pacientes com necessidades especiais exige cuidados especiais específicos que comportam as reais necessidades dos mesmos. Essa atenção compreende desde procedimentos clínicos, para a reabilitação da saúde bucal do paciente até questões que ultrapassam o conhecimento específico da área de odontologia.

Esses alunos encaminhados para o Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente (CRAID), localizado no Município de Curitiba-PR, que por sua vez também não vem realizando esse procedimento, são encaminhados para o Centro Hospitalar de Reabilitação Carolina de Moura Xavier e para as Clínicas Odontológicas de Atendimento ao Público ofertadas pelas Universidades Públicas e Privadas que prestam atenção odontológica especializada às pessoas com deficiência com sedação, indispensável para que o procedimento seja realizado em êxito.

Porém, esses serviços visam a atender a cidade de Curitiba e todo o Estado do Paraná, fazendo com que a espera no atendimento seja longa. Outro fator que dificulta o acesso a esses serviços é a falta de compreensão dos familiares acerca da importância em levar seus filhos até o atendimento prestado.

Essa realidade gera nos profissionais que atendem esses alunos uma grande angústia; pois alguns casos se fazem emergenciais e não se consegue ver uma solução imediata.

A hipótese acerca do que leva a falta de Atendimento Odontológico Especializado as Pessoas com Deficiência, seria a falta de vontade política de fazer com que esse atendimento seja realizado efetivamente nos setores públicos.

Diante de tais considerações sobre o problema, desenvolveremos uma pesquisa com o objetivo de determinar o responsável pela negligência ao atendimento odontológico de pessoas com deficiência no município de Rio Branco do Sul.

Enfim o artigo demonstra os resultados originados de uma pesquisa bibliográfica na qual se desenvolve primeiramente um referencial teórico sobre o tema para depois expor uma opinião e consideração que conquistada através do mesmo.

## 2.DESENVOLVIMENTO

### 2.1 O MUNICÍPIO E A PROBLEMATIZAÇÃO

O cenário da nossa pesquisa foi construído a partir das nossas constatações como profissional da área do Serviço Social. A partir dos dados expostos pelo IPARDES (2013) caracterizamos o município de Rio Branco do Sul - PR localizado na Região do Vale do Ribeira, tem 816 Km<sup>2</sup> e esta a 28 Km da Capital Curitiba. Tem como divisa as cidades de Almirante Tamandaré, Cerro Azul, Colombo e Itaperuçu. O município conta com uma população de 31.947 habitantes e possui 0,679 de IDH considerado pela tabela do IBGE como sendo média.

O município de Rio Branco do Sul conta com 01 Hospital Municipal e 04 Unidades Básicas de Saúde, sendo 03 na área urbana e 01 localizada na área rural, conforme o quadro abaixo:

QUADRO 1: Discrição dos Equipamentos de Saúde, no Município de Rio Branco do Sul, em 2014.

EQUIPAMENTOS DE SAUDE	LOCALIZACAO	ORGANIZACAO	MODELO DE ATENCAO E RECURSOS HUMANOS
Hospital Municipal	Área Urbana	Hospital não possui maternidade e a UTI esta desativada.	Pronto Socorro Pronto Atendimento Especialidades
US Central	Área Urbana	US Básica ESF ESB	2 equipes de saúde bucal ESB. A central atende 4.725 pessoas em sua área de abrangência e conta com apoio de 12 agentes comunitários de saúde, ACS.
US Papanduva	Área Urbana	US Básica ESF ESB	1 ESB modalidade 2. Esta equipe tem apoio de 10 ACS e atende 5.726 pessoas em sua área de abrangência, possui 2 dentistas de 20 horas semanais que atendem a demanda.
US Vila São Pedro	Área Urbana	US Básica ESF ESB	1 ESB, modalidade 1. Esta equipe conta com o apoio de 10 agentes de saúde e atende 2.123 pessoas em sua área de abrangência.
US Acungui	Área Rural	US Básica ESF ESB	1 ESB, modalidade 1. Esta equipe conta com o apoio de 13 ACS, atende 2.897 pessoas em sua área de abrangência.
CAIC	Área Urbana	Posto de atendimento odontológico	Possui 1 CDs e 1 ASB que atendem esta comunidade escolar.
Vila Velha	Área Urbana	US Básica ESF ESB	1 ESB, modalidade 1 esta equipe conta com o apoio de 10 ACS, atende 2.100 pessoas em sua área de abrangência.

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Rio Branco do Sul, 2014.



O município não possui Centro de Especialidades Odontológicas - CEO por ser um município de pequeno porte, mas também não possui outros recursos para prover a população na necessidade de um tratamento mais especializado que mereça outros níveis de atenção.

Para Vitoreti (2001 p.33)

Todo paciente que apresente limitações temporárias ou permanentes de ordem mental, física, sensorial, emocional, de crescimento ou médica que o impeça de ser submetido ao atendimento odontológico convencional. O atendimento deve ser realizado respeitando as limitações e encaminhar à especialidade quando necessário.

Os alunos inseridos na Escola Especial Maria Aide, em sua maioria não possuem condições de passar por atendimento odontológico convencional, sendo necessário o encaminhamento para atendimento odontológico especializado.

Um fator que vem dificultar o acesso a este atendimento odontológico especializado é a falta de acesso dessas famílias até a Capital paranaense, pois muitas residem na zona rural e possuem dificuldades de se deslocar. Também se observou que muitos familiares não veem o tratamento odontológico como uma prioridade.

Nos últimos meses, os atendimentos odontológicos convencionais no município estão passando por inúmeras dificuldades, sofrendo um grande descaso por parte dos gestores, pois as Unidades estão suspendendo seus atendimentos por falta de equipamentos básicos.

Vitoreti (2011, p. 24) defende que

A odontologia não vem recebendo atenção necessária por parte dos gestores, e como já era de se esperar, os equipamentos estão se deteriorando por falta de manutenção, os profissionais estão desmotivados e o atendimento a população se encontra com acesso limitado ao agendamento prévio.

Segundo a fala da autora acima que atualmente é ortodontista no município e realizou seu trabalho de especialização no ano de 2001 sobre o Programa Brasil Sorridente em Rio Branco do Sul - PR, a realidade no município pouco mudou, pois os problemas e as dificuldades de acesso aos atendimentos odontológicos especializados para as Pessoas com Deficiência não param de crescer, bem como a falta de equipamentos básicos para os procedimentos.

Como já mencionamos, a maior parte da população que necessita desses atendimentos são moradores da área Rural do Município, e por conta disso encontram grandes dificuldades de compreensão e de locomoção àquelas Clínicas, não havendo também nenhum apoio da gestão municipal.

## *2.2 POLITICAS PÚBLICAS Á ÁREA ODONTOLÓGICA PARA PESSOAS COM DEFICIENCIA*

Segundo Trito (2008 p.48),

Historicamente a odontologia brasileira vem se caracterizando por uma prática individual, privada e hegemonicamente voltada para os aspectos reparadores, (curativos das doenças bucais, beneficiando apenas as poucas pessoas que podem pagar por ela).

Essa realidade atinge hoje as pessoas com deficiência no município de Rio Branco do Sul - PR, onde sua maioria sobrevive apenas com o Benefício de Prestação Continuada – BPC - e depende do Sistema Único de Saúde para receber um atendimento mais especializado.

As demandas que necessitam de atendimento odontológico especializado são encaminhadas para o CRAID que é uma unidade da Secretaria de Estado da Saúde, criada em 12/12/1985 direcionada para a Assistência ao Bebê de Risco e Portadores de Deficiências (de 0 a 18 anos), visando o aprimoramento das potencialidades humanas, proporcionando a melhoria de sua qualidade de vida, integração psicossocial e a reabilitação. (SESA, 2014)

Os alunos são inicialmente atendidos pela equipe de odontologia do CRAID, que realiza avaliação e encaminha estes pacientes para o Centro Hospitalar de Reabilitação Ana Carolina Moura Xavier, que possui a estrutura para atender tais demandas. Mas, como sabemos, a demanda é imensa; abrange toda a capital e região metropolitana, fazendo com que esses pacientes permanecem por anos na fila de espera.

Segundo a Secretaria de Saúde do estado do Paraná, o Hospital visa prover um serviço de saúde pública qualificada às pessoas com deficiência física no estado do Paraná. Foi fundado em Março de 2008, o Centro Hospitalar de Reabilitação do Paraná (CHR). O hospital surgiu a partir da constatação da urgência na alteração de serviços públicos à população que depende de reabilitação locomotora no estado, objetivando ser uma referência no assunto. (SESA, 2014)

A saúde é, acima de tudo, um direito universal e fundamental do ser humano, firmado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e assegurado pela Constituição Federal de 1988. A efetivação da saúde como direito universal – ou seja, de todos – é um desafio que só pode ser alcançado por meio de políticas sociais e econômicas que reduzam as desigualdades sociais e regionais em nosso País, assegurando a cidadania e o fortalecimento da democracia. (Ministério da Saúde, 2004)

No Brasil existem inúmeras leis e movimentos que visam defender os direitos das pessoas com deficiência, iniciando pela nossa Constituição Federal de 1988 em seu Capítulo II que vem tratar sobre os direitos sociais, e dando um enfoque no artigo 23 que nos diz (BRASIL, 1988, p.35):

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:  
II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Nessa sessão dedicada à saúde, o texto constitucional define saúde como um direito de todos e dever de todas as esferas governamentais fazer valer o acesso universal e igualitário aos portadores de deficiência. A Constituição, em seu artigo 203, sessão da Assistência Social, prevê a garantia de um salário mínimo mensal para as pessoas com deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção.

As famílias dos alunos matriculados na instituição Maria Aida são família de grande vulnerabilidade social, que não possuem meios de se manterem sozinhas e necessitam do Benefício de Prestação Continuada para poderem garantir os mínimos sociais, mas infelizmente esse recurso ainda é insuficiente, pois a maioria é numerosa e dependem desse pagamento.

Segundo a Política Nacional de Saúde Bucal, durante anos, a Odontologia esteve à margem das políticas públicas de saúde. O acesso dos brasileiros à saúde bucal era extremamente difícil e limitado, fazendo com que as pessoas se acostumassem a só procurar atendimento odontológico em casos de dor. Essa demora na procura ao atendimento, aliada aos poucos serviços odontológicos oferecidos, fazia com que o principal tratamento oferecido pela rede pública fosse à extração dentária, perpetuando a visão da odontologia mutiladora e do cirurgião-dentista com atuação apenas clínica.

Para mudar esse quadro, em 2003 o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Saúde Bucal – Programa Brasil Sorridente. Esse programa constitui-se de uma série de medidas que tem como objetivo: garantir as ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal dos brasileiros, entendendo que esta é fundamental para a saúde geral e qualidade de vida da população. Sua principal meta é a reorganização da prática e a qualificação das ações e serviços oferecidos, reunindo ações em saúde bucal voltadas para os cidadãos de todas as idades, com ampliação do acesso ao tratamento odontológico gratuito aos brasileiros, por meio do SUS (Brasil Sorridente, 2014).

Visa ainda garantir ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal da população brasileira. O Brasil Sorridente reúne uma série de ações para ampliação do acesso ao tratamento odontológico gratuito, por meio do Sistema Único de Saúde (Ministério da Saúde, 2014).

Esse programa se encontra nos municípios através do Programa Saúde da Família que recentemente incluiu o Cirurgião Dentista dentro do quadro de profissionais, e em Rio Branco do Sul, ocorre o atendimento básico, sem estrutura e planejamento.

Dentro das diretrizes do Programa estão os Centros de Especialidades Odontológicas, CEO para os quais a expansão do conceito de atenção básica, e o conseqüente aumento da oferta de diversidade de procedimentos, faz-se necessário, também, investimentos que propiciem aumentar o acesso aos níveis secundário e o terciário de atenção.

Os Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) são estabelecimentos de saúde, participantes do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, classificados como Clínica Especializada ou Ambulatório de Especialidade. Os Centros de Especialidades Odontológicas estão preparados para oferecer à população, no mínimo, os seguintes serviços: diagnóstico bucal, periodontia especializada, cirurgia oral e atendimento a pessoas com deficiência. (Portal da Saúde, 2014)

As principais linhas de ação do Brasil Sorridente são: a Reorganização da Atenção Básica em saúde bucal, principalmente com a implantação das Equipes de Saúde Bucal na Estratégia Saúde da Família; e a Ampliação e qualificação da Atenção Especializada, em especial com a implantação de Centros de Especialidades Odontológicas e Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias. Na Atenção Especializada encontra-se também a Assistência Hospitalar.

Apesar do Programa ser favorável e conter todas as diretrizes de atendimentos aos portadores de necessidades especiais, não foi implantado no município de Rio Branco do Sul-PR, pois a demanda ainda é considerada baixa para suportar a estrutura desse programa. O município mais próximo que possui os Centros é a cidade de Curitiba que por sua vez não presta atendimento à região metropolitana.

### *2.3 FUNDAMENTOS DA GESTÃO POLÍTICA DOS MUNICÍPIOS*

Como mencionado, o município de Rio Branco do Sul; está localizado na região do Vale da Ribeira, considerado uma das regiões com o menor IDH do estado, segundo o IPARDES (2013). A Cidade possui uma extensão da grande fábrica de cimentos Votorantim, o que atraiu milhares de pessoas de diversas regiões do país em busca de melhores condições de vida.

Segundo dados do IBGE (2009) o número de habitantes é de 31.947 e a estimativa de crescimento é de 0,44% ao ano, resultando em um crescimento desordenado e sem planejamento político e estratégico. Recentemente o município

recebeu a implantação de abastecimento de água e esgoto, e é nesta realidade que existem os mais diversos problemas sociais.

Conforme nos afirma Vittoreti (2011, p.07) “o município de Rio Branco do Sul, enfrenta muitas dificuldades, e assim há necessidade de estruturar o modelo de atenção para garantir ao usuário uma assistência odontológica mais humana e preventiva visando sempre à promoção da saúde bucal”.

O Hospital possui uma UTI desativada e atualmente vem realizando apenas os atendimentos básicos, sendo todos os casos emergenciais levados para o Hospital Angelina Caron, em Campina Grande do Sul - PR. Na área odontológica a situação não é diferente: existe falta de equipamentos básicos para a manutenção dos ambulatórios, equipamentos quebrados e atraso no pagamento dos profissionais e quem sai mais prejudicado em todo este contexto é, sem dúvida, a população que acaba ficando sem o atendimento de saúde. Conforme posto por Carvalho (2005, p.31),

O SUS é tomado por um sistema privilegiado de implementação dos mencionados princípios, resulta de luta do movimento Sanitário Brasileiro que desde a década de 1970, vem buscando contribuir para a ampliação da democracia e para a conquista dos direitos sociais. Este sistema é nos dias de hoje um espaço de resistência às políticas neoliberais. Torna se então um grande desafio político fazer com que efetivamente as leis existentes para as Pessoas com deficiência possam efetivamente acontecer, cabendo a nos sociedade civil organizada continuar lutando pela garantia dos mesmos.

A saúde brasileira, ao longo dos anos, vem avançando muito. Sabemos que existem inúmeras falhas, mas não podemos esquecer de que os avanços e as conquistas se deram através dos movimentos sociais e da reforma sanitária. No contexto da saúde bucal voltada para as pessoas com deficiência, existem ainda muitas conquistas a serem realizadas, É necessário aproximar esta população a ocupar os espaços de luta de direitos como: os Conselhos Municipais de Saúde, criar conselhos voltados aos direitos das pessoas com deficiência, e levar a quem governa as demandas existentes, pois como mencionado a descentralização na administração dá a liberdade aos gestores municipais aplicar seus recursos no que o município mais necessita.

## *2.4 PROPOSTAS DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO ESPECIALIZADO NO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL*

Um trabalho que os Profissionais da Instituição Maria Aide já vem realizando este ano com os alunos e familiares, é a prevenção em relação aos cuidados básicos com a higiene bucal, visando incentivar estes alunos a manterem sua higiene bucal, e prevenindo para agravos maiores. O trabalho busca ainda conscientizar estas famílias acerca da importância do atendimento odontológico, melhorando, assim, a qualidade de vida dos mesmos.

Para pensarmos em uma estratégia de atendimento especializado às pessoas com deficiência no município uma solução a pequeno prazo seria levar inicialmente a problemática aos gestores municipais; em seguida, buscar conhecer o funcionamento deste atendimento em outros municípios, principalmente o atendimento hospitalar do Centro de Reabilitação Carolina de Moura Xavier, em Curitiba. E tentar com grande esforço reativar a UTI do Hospital Municipal, bem como buscar atender as exigências necessárias para se ativar um Centro Odontológico Especializado no município. Buscando ainda profissionais qualificados para atender esta demanda.

Uma solução a longo prazo seria levar a problemática aos Gestores Municipais e incentivá-los a criar um consórcio juntamente com todos os municípios da região que também sofrem da mesma problemática, colocando em prática o programa Brasil Sorridente no nível de atendimento especializado.

## **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao término deste estudo, verificamos que as condições de saúde bucal para as pessoas com deficiência no município de Rio Branco do Sul, são precárias e que existe ainda grande dificuldade deste acesso fora do município, pois como mencionamos, há lugares restritos e a demanda é imensa à espera por esta especialidade chega a levar anos.

Ao iniciar este trabalho buscava-se responder a seguinte questão: determinar o responsável pela negligência ao atendimento odontológico de pessoas com deficiência no município de Rio Branco do Sul.

E ao termino podemos apontar que os principais responsáveis são os gestores municipais entre outros órgãos que não vem o atendimento odontológico para pessoas com deficiência como uma garantia de direito.

Resultando então na realidade hoje posta no município, famílias que esperam anos por um atendimento especializado, este que sendo pouco é de difícil acesso a esta população que possui dificuldades de locomoção e compreensão a respeito da política.

Conclui-se que é necessário realizar um trabalho de empoderamento desses sujeitos para que compreendam e atendem este acesso como direito garantido, que necessita ser conquistado, e cobrado pelos órgãos gestores atuais.

São inúmeros os fatores que dificultam este direito efetivamente de acontecer, primeiramente pela cultura local, pois estes familiares, muitos moradores da Zona Rural, não compreendem o atendimento bucal como sendo bom e saudável para seus filhos; outro fator que dificulta este acesso é a falta de profissionais ortodontistas especializados em atender estas demandas.

Compreendemos ainda que o fato do município não possuir um Centro de Especialidades Odontológicas, não é de responsabilidade exclusiva da gestão municipal, pois este atendimento é de alto custo e o município não comporta devido a pouca demanda.

Concluídos que, no nível estadual, recentemente foi inaugurado o Centro Hospitalar de Reabilitação Carolina de Moura Xavier, que é referência nos atendimentos às pessoas com deficiência no Paraná, onde este irá prestar o atendimento odontológico aos PCDs, embora o atendimento seja demorado, sabemos que existe um local a ser encaminhado.

No nível nacional, é necessário que haja, sim, políticas públicas voltadas a atender esta demanda, tendo em vista o número crescente de pessoas com



deficiência necessitando melhores condições no atendimento de saúde bucal no país.

Este trabalho possibilitou também pensar em uma solução conjunta para a problemática presente sendo ela levada aos órgãos gestores, e com isso tentarmos, de fato, fazer este direito acontecer um atendimento odontológico especializado às pessoas com deficiência, como eles merecem.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Brasília. 2012.

\_\_\_\_\_, Portal da saúde. **Brasil Sorridente**. Disponível em: <[http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape\\_brasil\\_sorridente.php](http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_brasil_sorridente.php)> Acesso em: 21 de ago. de 2014.

\_\_\_\_\_, Ministério da Saúde. **O SUS no seu município, garantindo saúde para todos**. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_, Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

\_\_\_\_\_, IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística @cidades, Rio Branco do Sul**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel.pnp>>, Acesso em 14 de set. de 2014.

BRAVO, Souza Inês Maria et. al. (orgs). **Saúde e Serviço Social**. 2 ed. São Paulo Cortez, Rio de Janeiro, UERJ 2006.

CARVALHO, Sérgio Resende. **Saúde coletiva e promoção da saúde**. São Paulo: Hucitec, 2005.

MACAU, Mônica Guimarães Lopes ET AL Colaboradores. **Saúde bucal coletiva – Implementando idéias... Concebendo integridade**. Rio de Janeiro: Rubio, 2008.

VITORETI, Cibele Mathias. **Organização da atenção á saúde bucal do município de Rio Branco do Sul PR**, Curitiba Universidade Federal do Paraná, 2011.

O SUS no seu município: garantindo saúde para todos [Ana Lucia Pereira et al.]. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

PARANÁ, IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico do Município de Rio Branco do Sul**, maio 2011. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/montapdf>>. Acesso em 12 de jun. de 2014.

PARANÁ, Secretaria de Saúde do Paraná. Disponível em: < <http://www.saude.pr.gov.br>> Acesso em 21 de ago. de 2014.

PARANÁ, Secretaria Municipal de Saúde de Rio Branco do Sul, 2014.

SILVA, Zandra Carolina, et. al. **Avaliação do Perfil dos pacientes com necessidades especiais da clínica de odontopediatria da faculdade de odontologia da PUC/RS**. Revista Odonto Ciência PUC/RS. 2005.